



Veredas – Interacionismo Sociodiscursivo Vol. 21 , nº3 , 2017

O Gênero “Reportagem de Divulgação Científica” e seus Subgêneros

Eliana Merlin Deganutti de Barros¹ (UENP)
Valéria de Fátima Roncon Maia² (UENP)

RESUMO: Este artigo ancora-se nos estudos do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), tendo como aportes estudos que tomam a língua por um viés interacionista, além de outros que dão suporte à descrição do gênero “reportagem de divulgação científica”. O objetivo é apresentar um modelo teórico do gênero em análise, introduzindo dois subgêneros: reportagem de pesquisa e reportagem de temas/fatos científicos. A modelização tem como *corpus* textual onze reportagens publicadas pelas revistas *Galileu*, *Veja*, *Super Interessante* e pelo *Jornal Folha de Londrina*. Espera-se, assim, dar suporte à elaboração de materiais didáticos que tomem o gênero como objeto/instrumento de ensino da língua.

Palavras-chave: ISD; gênero textual; subgêneros; reportagem de divulgação científica; modelo teórico.

Introdução

Desde os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCN – BRASIL, 1998), com a teoria de gêneros do discurso bakhtiniana e releituras como a do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD – SCHNEUWLY; DOLZ, 2004a), vem sendo proposto um ensino da língua que a toma pelo seu caráter sociodiscursivo. Nessa proposição acredita-se que é pela linguagem que se partilha e se define a compreensão do mundo, por isso, é essencial o aprofundamento de estudos que privilegiem a interação entre linguagem, suas formas de realização concreta e o agir humano.

¹ Doutora em Estudos da Linguagem – UEL. Professora adjunta da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP. Docente do curso de Letras e do Mestrado Profissional em Letras em Rede (PROFLETRAS).

edeganutti@hotmail.com

² Mestre em Letras – PROFLETRAS/UENP. Docente da Rede Pública Estadual do Estado de São Paulo.

valfr723@hotmail.com

A noção de gênero como objeto e/ou instrumento de ensino-aprendizagem da língua é centrada na perspectiva teórica de que “Todo texto se organiza dentro de determinado gênero em função das intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, os quais geram usos sociais que os determinam” (BRASIL, 1998, p. 21). É o gênero de texto, pois, que organiza e configura o agir languageiro e dá forma a uma interação discursiva, essa sempre situada num determinado contexto de produção e recepção social.

Este trabalho, fundamentado nos estudos do ISD (BRONCKART, 2003; SCHNEUWLY; DOLZ, 2004a; entre outros), o qual procura mostrar que as práticas de linguagem – essas sempre realizadas concretamente por meio dos gêneros de texto – são os principais instrumentos para o desenvolvimento do pensamento humano, postula que os gêneros são os objetos de referência social para o ensino da língua e instrumentos mediadores do desenvolvimento de capacidades de linguagem no ambiente escolar. Para o ISD, é por meio das mediações formativas, sobretudo, as desenvolvidas no ensino formal, que o ser humano pode desenvolver as capacidades de linguagem que o levam a se colocar como ator efetivo no processo de construção e melhoria de questões referentes à cidadania e a sua participação na sociedade.

Nesse sentido, é essencial, na contemporaneidade, pesquisas que tragam à tona a funcionalidade de diferentes gêneros, a fim de potencializar a apropriação do uso da linguagem verbal (sempre em interação com outras modalidades semióticas) pelos jovens que estão em processo de formação educacional. É por essa razão que privilegiamos em nosso estudo a modelização de um gênero jornalístico propiciador de diálogos com temas atuais do mundo da ciência: a reportagem de divulgação científica.

O objetivo é apresentar um *modelo teórico* (BARROS, 2012) do gênero em estudo que dê suporte à elaboração de materiais didáticos para o ensino da língua. Acreditamos que a mudança de paradigma em relação aos novos objetos do ensino da língua requer intensas pesquisas, a fim de parametrizar o seu processo de transposição didática.

1. A vertente didática do Interacionismo Sociodiscursivo

Para o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), o papel dos textos – orais e escritos – é essencial, pois é por meio deles que todas as interações discursivas são concretizadas, sendo assim, são eles que deveriam direcionar o trabalho com o ensino da língua nas escolas. Pelo fato de os textos se realizarem empiricamente por meio de configurações genéricas que organizam as trocas linguísticas, tais configurações, a saber, os gêneros de textos, acabam tomando um papel crucial na compreensão das ações languageiras e na sua relação com os parâmetros do contexto social em que se inserem. Nesse sentido, para o ISD, é possível reavaliar as diferentes abordagens do texto em sala de aula, “através de uma tomada de consciência do papel central dos *gêneros como objeto e instrumento* de trabalho para o desenvolvimento da linguagem” (SCHNEUWLY; DOLZ, 2004b, p. 80 – grifos nossos).

Ao tratar do ensino da língua orientado pela noção de gênero textual, a partir dos princípios do ISD, devemos considerar que todo texto, oral ou escrito, pertence a um determinado gênero, sendo que esse sempre apresenta características prototípicas (contextuais, enunciativas, discursivas e linguísticas) que precisam ser “dominadas” pelo aprendiz – na leitura e produção. Na visão do ISD, “a maestria de um gênero aparece [...] como co-constitutiva da maestria de situação de comunicação” (DOLZ; SCHNEUWLY, 2004, p.52), pois sem o gênero não existiria a própria situação. Por exemplo, sem o gênero “reportagem de divulgação científica” não existiria a prática jornalística de leitura de textos que vulgarizam fatos e temas da ciência. Dessa forma, primeiramente, o aluno tem que conhecer a situação de comunicação na qual o gênero emerge para que, assim, possa desenvolver capacidades de linguagem para

mobilizá-lo como leitor ou produtor. É justamente sobre o conceito de capacidades de linguagem que o próximo tópico se debruça.

1.1. Capacidades de linguagem e transposição didática

Schneuwly e Dolz (2004b, p.80 – grifos nossos) apontam que a inserção de um gênero no ambiente escolar demanda dois grandes compromissos:

[...] trata-se de aprender a dominar o gênero, primeiramente, para melhor conhecê-lo ou apreciá-lo, para melhor compreendê-lo, para melhor produzi-lo na escola ou fora dela; e, em segundo lugar, de desenvolver *capacidades* que ultrapassem o gênero e que são transferíveis para outros gêneros próximos ou distantes.

Para os autores, portanto, a apropriação de um gênero está ligada ao desenvolvimento de *capacidades de linguagem* que ultrapassem as suas fronteiras, ou seja, capacidades que sejam transferidas de um gênero para outro, o que indica, para a escola, uma possibilidade de organização curricular dos gêneros por agrupamentos³. Mas a que capacidades os autores genebrinos se referem?

De acordo com Dolz e Schneuwly (2004), *capacidades de linguagem* são aquelas que o aprendiz deve possuir para a produção e leitura de um determinado gênero; podem ser apresentadas em três níveis: capacidades de ação, discursiva e linguístico-discursiva. A primeira diz respeito à escolha do gênero e a uma representação adequada dos parâmetros do contexto de produção. A segunda envolve as operações relativas à organização do texto, no seu plano macro, como a seleção dos tipos de discursos e a planificação textual. Já a capacidade linguístico-discursiva refere-se ao domínio do agente-produtor em relação aos mecanismos linguísticos – seleção vocabular, coesão textual, ortografia, entre outros – e também aos mecanismos enunciativos – modalizações, vozes sociais, etc.

A divisão da capacidade de linguagem em três níveis tem caráter meramente didático e/ou científico, pois, na produção textual, elas são acionadas ao mesmo tempo pelo agente-produtor, de forma não linear. De acordo com Dolz e Schneuwly (2004, p.52),

O desenvolvimento das capacidades de linguagem constitui-se, sempre, parcialmente, num mecanismo de reprodução, no sentido de que modelos de práticas de linguagem estão disponíveis no ambiente social e de que os membros da sociedade que os dominam têm a possibilidade de adotar estratégias explícitas para que os aprendizes possam se apropriar deles.

Para Dolz e Schneuwly (2004), a análise das capacidades de linguagens dos aprendizes é um importante instrumento para os professores, tanto como diagnóstico inicial num processo de intervenção, como ferramenta para avaliar o desenvolvimento dos alunos no final do percurso formativo. Já Machado e Cristovão (2006, p.561) ressaltam que “as atividades propostas por um determinado material didático destinado ao ensino de um gênero podem ser analisadas e avaliadas de acordo com as capacidades de linguagem que essas atividades permitem desenvolver [...]”. Já na nossa pesquisa, nos valemos dessa categoria para construir *modelos teóricos* (BARROS, 2012) dos dois subgêneros da reportagem de divulgação científica que emergiram durante as análises do *corpus* da investigação. Ou seja, essa categoria pode ser utilizada tanto no processo de *transposição didática interna* como *externa*.

O grande desafio da escola e dos sistemas a ela vinculados é o de transformar os saberes de referência em saberes didáticos para serem ensinados e aprendidos. Esse processo de

³ Sobre a forma de agrupamento proposta pelo ISD ver Dolz e Schneuwly (2004).

transformação de um saber científico a um saber ensinado é denominado teoricamente de *transposição didática* (CHEVALLARD, 1991). É, pois, a necessidade de ensinar um conhecimento de referência que leva à necessidade de modificá-lo para se adaptar às exigências de ensino e aprendizagem.

A transposição didática pressupõe três níveis básicos de transformações: 1) o conhecimento científico/social/cultural do objeto de referência sofre um primeiro processo de transformação para constituir o conhecimento a ser ensinado; 2) o conhecimento a ser ensinado se transforma em conhecimento efetivamente ensinado; 3) o conhecimento efetivamente ensinado pode-se constituir em conhecimento efetivamente aprendido (cf. MACHADO; CRISTOVÃO, 2006, p. 552).

Há dois níveis de distinção para a transposição didática: a transposição didática externa e interna. A primeira refere-se à passagem dos saberes científicos/sociais/culturais aos saberes a ensinar; compõe-se do momento pré-intervenção didática. De acordo com Machado e Cristovão (2006), a transposição didática externa refere-se à transformação de saberes que podem/devem adentrar a sala de aula, ou seja, a passagem dos conhecimentos de uma instituição à outra – instituições científicas/acadêmicas/sociais a instituições de ensino. Já a transposição didática interna concretiza os saberes em conhecimentos ensinados e aprendidos. Ela comporta também a elaboração de estratégias didáticas, realizadas pelo professor, para a transformação desses saberes. O livro didático (ou apostila), na atualidade, pode ser tomado como uma das instituições agentivas da transposição externa, uma vez que é ele, muitas vezes, que seleciona os saberes de referência para o ensino, faz a progressão curricular, cria/adapta metodologias para transformar esses saberes em saberes a ensinar. Na maioria das vezes, ele é a única fermenta que o professor dispõe para orientar a transposição didática interna. Em muitos contextos, é o livro didático que faz a mediação simbólica da aprendizagem.

Para possibilitar ao professor tornar-se agente do processo de transposição didática de gêneros textuais, complementando, assim, o trabalho dos livros didáticos, este trabalho traz resultados do processo de modelização teórica do gênero “reportagem de divulgação científica” – uma ferramenta de apoio à elaboração de materiais didáticos que tomem esse gênero como objeto/instrumento de ensino da língua.

1.2. Processo de modelização dos gêneros textuais

Segundo os pesquisadores do grupo de Genebra, para que a atividade de ensino-aprendizagem que tenha o gênero como objeto/instrumento de ensino seja eficaz, se faz necessária a elaboração de um *modelo didático* do gênero de referência para nortear as práticas escolares. De acordo com Schneuwly e Dolz (2004b, p.81), “num modelo didático, trata-se de explicitar o conhecimento implícito do gênero, referindo-se aos saberes formulados, tanto no domínio da pesquisa científica quanto pelos profissionais especialistas”.

De Pietro e Schneuwly (2014) apresentam uma comparação entre dois modelos didáticos: um modelo intuitivo/implícito e um modelo explícito/complexo. O modelo intuitivo é uma representação do gênero que decorre de uma tradição, da experiência do professor, já o modelo explícito é elaborado com base na literatura disponível da área e na observação/análise de textos que representam prototipicamente o gênero. Ou seja, nem sempre é preciso “construir” um modelo didático, já que ele pode fazer parte do repertório de conhecimentos do professor, de uma forma implícita.

Machado e Cristovão (2006) definem modelo didático do gênero como um objeto descritivo e operacional, elaborado com o objetivo de facilitar a compreensão de todo o processo complexo que é a aprendizagem de um gênero. Para as autoras, a partir da construção do modelo didático é possível fazer uma análise das dimensões constitutivas do gênero para delimitar quais delas podem ser mobilizadas em um nível de ensino específico.

Para Dolz, Gagnon e Decândio (2010), o modelo didático refere-se a uma construção em engenharia didática que explicita três dimensões: 1) os saberes de referência em relação a uma prática de linguagem; 2) a descrição dos diferentes elementos textuais; 3) as capacidades de linguagem dos aprendizes.

Barros (2012), uma das autoras deste artigo, por sua vez, distingue um processo de modelização preliminar, definido como *modelo teórico do gênero*, o qual não levaria em conta, a *priori*, a análise das capacidades de linguagem dos alunos. Ou seja, esse modelo não está condicionado a um contexto específico de intervenção. Seria uma descrição teórica do objeto de referência:

[...] o modelo do gênero pode ser visto, a *priori*, apenas teoricamente, isto é, sua construção não necessita levar em conta as capacidades dos alunos nem as particularidades do contexto de ensino, ele pode ser elaborado, a princípio, de forma genérica e servir como base para a elaboração de diversas SD – essas, sim, precisam ser adaptadas a um contexto de ensino específico, uma vez que se configuram em ferramentas didáticas que possibilitam a transposição do conhecimento teórico de um gênero para o conhecimento a ser ensinado (BARROS, 2012, p.75).

Nesse sentido, o modelo teórico seria a primeira fase da elaboração de um modelo didático. Esse processo de modelização é, pois, a base para a produção de diversos materiais didáticos.

Para esse processo de modelização de um gênero necessita-se: 1) a consulta aos especialistas do gênero (pesquisa bibliográfica com estudiosos da área e análise da situação de comunicação da qual o gênero emerge); 2) seleção de um *corpus* textual representativo do gênero; 3) análise desse *corpus* a partir de um quadro teórico-metodológico de descrição textual; 4) no caso do modelo didático, observação e análise do contexto de intervenção, para depreender as dimensões ensináveis do gênero.

Nesse processo devem ser levados em consideração três princípios, de acordo com Schneuwly e Dolz (2004b, p.82):

- Princípio de legitimidade (referência aos saberes teóricos ou elaborados por especialistas);
- Princípio de pertinência (referência às capacidades dos alunos, às finalidades e aos objetivos da escola, aos processos de ensino-aprendizagem);
- Princípio de solidarização (tornar coerente os saberes em função dos objetivos visados).

Os autores ressaltam que esses princípios não são independentes, já que é a partir do intercâmbio entre eles que se constrói o objeto escolar. Ressaltam também que o modelo didático orienta o professor para suas intervenções e evidencia o objeto a ser ensinado dentro de uma sequência didática de gêneros (SDG). Aliás, o processo de modelização é o principal suporte para a elaboração e desenvolvimento de uma SDG.

Para a construção de um modelo teórico/didático, orientador do agir do professor, precisa-se pensar nas capacidades de linguagem envolvidas na produção do gênero – de ação, discursivas e linguístico-discursivas. No trabalho em foco, no processo de modelização da reportagem de divulgação científica, é utilizado um dispositivo criado por Barros (2012) a partir do quadro de análise textual de Bronckart (2003), tendo como eixo os três níveis de capacidades de linguagem apresentados pelo ISD. O dispositivo é elaborado a partir de perguntas diretas que auxiliam na análise do gênero.

2. A modelização teórica do gênero “reportagem de divulgação científica”

O gênero “reportagem de divulgação científica” é bastante complexo quanto a sua definição teórica, pois existem poucos trabalhos acadêmicos que abordam especificamente esse gênero. No decorrer da pesquisa, encontramos materiais que fazem referência ora à “reportagem” ora a “textos de divulgação científica”, não especificando, com clareza, o gênero textual (reportagem, artigo, etc.), o que nos levou a fazer uma pesquisa bibliográfica em duas etapas: 1) do gênero “reportagem”; 2) de “textos de divulgação científica”. Trazemos, assim, estudos de especialistas que tratam dessas duas práticas de linguagem. Na sequência, apresentamos os procedimentos metodológicos para a análise do *corpus* do gênero e, em seguida, quadros que sintetizam o modelo teórico dos dois subgêneros delimitados na pesquisa exploratória.

2.1. As vozes dos especialistas do gênero

Rojo (2008) faz uma diferença entre divulgação científica e jornalismo científico. O primeiro refere-se a textos advindos da esfera científica, escritos por cientistas ou jornalistas especializados; o segundo, de acordo com a autora, são textos menos comprometidos com o rigor científico, escritos por jornalistas (especializados ou não). Considerando a diferença pontuada por Rojo (2008), classificamos nosso *corpus* de análise como jornalismo científico – textos escritos por jornalistas, muitas vezes, sem especialização na área. Entretanto, mesmo corroborando com os apontamentos da autora, continuamos a denominar o gênero como “reportagem de divulgação científica”, pois é por esse rótulo que a maioria das pessoas, entre elas os professores, identifica esse gênero da esfera jornalística.

Em relação aos gêneros jornalísticos, Bonini (2003, p.205) afirma que “ainda são poucos conhecidos, em termos acadêmicos, os mecanismos linguísticos, sociais que caracterizam esses gêneros textuais”. Segundo o autor, ainda falta um estudo sistemático que explique e conceitue a constituição de tais gêneros.

Rojo e Barbosa (2013), quando fazem referência à esfera jornalística, afirmam que, assim como nos trabalhos com todas as práticas de linguagem, é preciso considerar os propósitos e finalidades, tempo e lugar históricos, bem como os participantes, os temas e os gêneros que emergem dessa esfera social. É esse conjunto de elementos textuais que interferem significativamente nos sentidos do enunciado. No caso da esfera jornalística, os propósitos e as finalidades estão centrados em informar e formar opinião, por isso, geralmente, o jornalismo é classificado, pelos especialistas da área da comunicação, em informativo e opinativo, embora essa seja uma divisão bastante problemática e que gera opiniões contrárias (ver BONINI, 2003), devido à dificuldade, principalmente, no cenário contemporâneo, de colocar em lados antagônicos *opinião e informação*.

Em relação aos temas, o jornalismo é bastante eclético, pois discute e traz em evidência uma multiplicidade temática que envolve campos como: político, econômico, científico, cultural, esportivo, cotidiano; dos quais emergem uma infinidade de gêneros (reportagem, notícia, nota, fotolegenda, chamada de capa, manchete, editorial, crônica, artigo de opinião, sinopse de filme, resenha de arte, etc.).

Rojo e Barbosa (2013) falam da necessidade de definir sobre qual jornalismo é tratado: jornalismo impresso, radiofônico, televisivo, digital, etc. As autoras esclarecem que há diferenças entre eles, não somente de linguagem e de modalidades (formas de composição e estilo), mas de prioridades de tema. Na nossa pesquisa, o foco é o jornalismo impresso, pois nosso *corpus* é composto por textos contemporâneos de jornais e revistas impressos, cujo objetivo é a divulgação de conhecimentos relacionados à ciência.

2.1.1. Gênero “reportagem”

Em relação à reportagem, foco deste estudo, não há consenso entre seus limites em relação à notícia, mesmo na área de comunicação social. Alguns estudiosos defendem que ela pode ser caracterizada como uma notícia ampliada, enquanto outros acreditam que se trata de um gênero autônomo, pois se configura como uma unidade textual independente. Nas análises do nosso *corpus* encontramos as duas possibilidades, como veremos mais adiante.

Segundo Faria e Zanchetta (2012, p.48), “enquanto a notícia tem a pretensão de informar pontualmente sobre um fato, a reportagem busca observar também as raízes e desdobramentos desse fato. Necessita, portanto, de mais tempo para investigação”. Para os autores, as revistas apresentam mais reportagens do que notícias porque elas não são publicadas diariamente e têm a função de recuperar as informações que os jornais divulgam todos os dias e aprofundá-las, além de averiguar outros temas.

De acordo com Bahia (1990), pesquisador do campo da comunicação social, a grande notícia é a reportagem. O autor acrescenta que toda reportagem é notícia, mas nem toda notícia é reportagem. Para Bahia (1990), como vemos, a reportagem se configura como uma notícia ampliada, desconsiderando reportagens que não partem, necessariamente, de um fato, mas de um tema/assunto. O autor afirma que a notícia salta para a reportagem no momento em que apresenta mais detalhes, questiona causa e efeito e adquire uma nova dimensão narrativa.

Lage (2001), outro estudioso da área da comunicação, diz que é difícil definir a reportagem, pois pode essa ser a complementação de uma notícia (que traz um fato recente) ou partir de temas atuais desvinculados de uma notícia, porém de interesse do público, como o que acontece com as reportagens cujo mote são, por exemplo, os cuidados com a saúde, meio ambiente, etc. O autor acrescenta que há reportagens em que predominam a investigação e o levantamento de dados e outras cujo foco é a interpretação. De acordo com a produção, o autor divide a reportagem em: a) tipo investigativo – parte de um fato, revelando outros; b) tipo interpretativo – observa-se os fatos sob a perspectiva metodológica de uma dada ciência; e c) o tipo que busca apreender a essência do fenômeno, aplicando as técnicas literárias na construção de situações e episódios narrados. Percebemos que, para o autor, o que vai determinar se uma reportagem é um gênero autônomo ou não são os fatos geradores.

Já Coimbra (1993) não apresenta nenhuma definição pragmática sobre a reportagem, concentrando-se nos seus aspectos tipológicos textuais. O autor apresenta três modelos de estrutura textual para a reportagem: a dissertação, a narração e a descrição. Coimbra (1993) classifica as reportagens em dissertativo-narrativas, narrativo-dissertativas e descritivas. A primeira é predominantemente dissertativa, com trechos narrativos; nas narrativo-dissertativas, mesmo que predomine a narração, aparecem trechos dissertativos; já a reportagem descritiva, diferentemente da reportagem narrativa, não apresenta progressão de tempo, mostra apenas as pessoas e coisas fixadas no momento.

De acordo com Sodré e Ferrari (1986), a conquista do poder denunciante do jornalismo na sociedade contemporânea se deve muito mais à reportagem do que à notícia, ao editorial ou ao artigo:

Por isso, é a reportagem – onde se contam, se narram as peripécias da atualidade – um gênero jornalístico privilegiado. Seja no jornal nosso de cada dia, na imprensa não-cotidiana ou na televisão, ela se afirma como o lugar por excelência da narração jornalística. E é mesmo, a justo título uma narrativa – com personagens, ação dramática e descrições de ambiente – separada, entretanto da literatura por seu compromisso com a objetividade informativa (SODRÉ; FERRARI, 1986, p.9).

Diferentemente de Coimbra (1993), para Sodré e Ferrari (1986), a reportagem não é uma tese nem uma dissertação, é uma mensagem de natureza narrativo-expositiva, direcionada para a comunicação. Esse posicionamento é adotado pela nossa pesquisa, pois também consideramos a

reportagem um gênero narrativo-expositivo, embora de caráter interpretativo, o que pressupõe uma análise crítica, pois ele não é um gênero neutro, uma vez que trabalha com seleção de dados e de pontos de vista externos.

Bahia (1990) traz a seguinte estrutura textual para a reportagem: 1) título – corresponde ao anúncio do fato em si; 2) primeiro parágrafo, cabeça ou lide – corresponde ao clímax; 3) desenvolvimento da história, narrativa ou texto – corresponde ao resto da história, à narrativa dos fatos. Partindo dessa divisão estrutural, o autor classifica as reportagens de diferentes modos: i) pirâmide; ii) ordem cronológica – o acontecimento é narrado de forma sequencial; iii) clímax ou remate incisivo – combina os elementos de maior significado com os de sequência temporal. Em relação à reportagem na forma de pirâmide, Bahia (1990) classifica-a em: i) pirâmide invertida – lide, estrutura-se em informações em ordem decrescente de importância; ii) pirâmide normal – lide, desenvolvimento cronológico da história e clímax da história; e iii) modelo misto – clímax, desenvolvimento da história e conclusão. Vemos que para esse autor a classificação do gênero parte da organização retórica do texto, da maneira como ele é estruturado discursivamente.

Os manuais de jornalismo ressaltam que, no primeiro parágrafo da reportagem, o lide deve priorizar as informações principais dos acontecimentos, trazendo, na medida do possível, respostas para as seguintes questões: o quê? quem? quando? onde? como? por quê? Mas para manter o interesse do público, além de responder a essas questões, o lide deve apresentar uma linguagem clara, veracidade e fidelidade dos fatos. Importante destacar que nem sempre o lide traz respostas para todas essas questões. Tudo vai depender do foco que o jornalista pretende dar ao seu texto.

Sodré e Ferrari (1986) trabalham com três modelos fundamentais de reportagem:

- *Reportagem de fatos* (fact-story): descrição objetiva de um fato, os acontecimentos são narrados em sucessão, o tempo cronológico é observado.
- *Reportagem de ação* (action-story): relato que inicia sempre pelo dado mais atraente, o tempo é acelerado, procura envolver o leitor na descrição, deixando para depois detalhes de menos importância.
- *Reportagem documental* (quote-story): há uma modificação do tempo; possui declarações sobre o assunto discutido; apresenta elementos objetivos sobre um tema atual; vem acompanhada de citações e se aproxima da pesquisa.

Já Bonini (2003), um pesquisador da área de Linguística que tem como objeto de pesquisa os gêneros do jornal, desenvolveu em 2003 um projeto chamado PROJOR – Projeto gêneros do jornal – com o objetivo de estudar a funcionalidade dos gêneros jornalísticos. Entre os gêneros abordados está a reportagem, foco de pesquisa de Kindermann (2014), desenvolvida a partir de um *corpus* composto por 32 reportagens selecionadas do *Jornal do Brasil*.

Kindermann (2014) estabelece, em sua pesquisa, alguns critérios para analisar a reportagem. Entre eles, a autora observou se o gênero em questão decorria de uma notícia ou se mostrava padrões de gênero autônomo. Esse critério revelou, segundo a pesquisadora, uma relação com a notícia e também uma fluidez de outros gêneros: a reportagem, a entrevista, o perfil e a análise. Na pesquisa da autora houve a necessidade de adotar outro critério: as reportagens foram rotuladas em “puras” e “contaminadas por outros gêneros”; sendo estudadas somente as reportagens puras.

A análise do *corpus* da autora apresentou uma caracterização geral do gênero “reportagem”, mas também revelou quatro subgêneros, descritos a seguir:

- *Reportagem de aprofundamento da notícia*. Movimentos prototípicos: I) fornecer pistas para que o leitor identifique a reportagem; II) introduzir o desdobramento do fato; III) apresentar o desdobramento; IV) apresentar eventos relacionados ao fato gerador e V) apresentar eventos relacionados ao desdobramento.

- *Reportagem de entrevista*. Movimentos prototípicos: I) fornecer pistas para que o leitor identifique a reportagem; II) introduzir o relato da entrevista; III) retomar o fato gerador; IV) relatar pormenores da entrevista; V) descrever o/s entrevistado/s.
- *Reportagem de pesquisa*. Movimentos prototípicos: I) fornecer pista para que o leitor identifique a reportagem; II) introduzir o relato da pesquisa; III) relatar a pesquisa; IV) fechar o relato da pesquisa.
- *Reportagem de retrospectiva*. Movimentos prototípicos: I) fornecer pista para que o leitor identifique a reportagem; II) introduzir retrospectiva histórica do fato motivador; III) apresentar histórico do fato motivador; IV) comentar os fatos relatados.

Na pesquisa da autora, a ocorrência mais acentuada foi do subgênero “reportagem de aprofundamento da notícia”, sendo 15 exemplares dos 32 analisados, o que justifica, para Kindermann (2014), o fato de os jornalistas caracterizarem normalmente a reportagem como uma notícia ampliada. A autora ressalta que esse resultado pode não ser confiável pelo pequeno número de exemplares analisados e pela complexidade dos dados, reforçando, assim, o caráter provisório da pesquisa.

Na análise do nosso *corpus* da modelização, fazemos uma articulação com as classificações de Sodr e e Ferrari (1986) e Kindermann (2014).

2.1.2. Textos de divulgação científica

Segundo Rojo (2008), os textos de divulgação científica surgiram da vontade de dar ao povo o conhecimento sobre os bens da ciência. A autora faz um resgate histórico do surgimento desses textos e conclui que eles remontam ao que ela denomina como Enciclopedismo, representado, sobretudo, pelo gênero “verbete” (ROJO, 2008, p.592).

Grillo (2009, p.2018), outra autora que se dedicou a estudar o discursivo da divulgação científica, traz sua definição para o fenômeno:

Concebo a divulgação científica como uma modalidade particular de relação dialógica – entendida na acepção bakhtiniana como uma relação axiológico-semântica – na qual os enunciados de divulgação dialogam, por um lado, com enunciados científicos, assumindo a posição de mediadora competente e, por outro, com a presunção do universo de referências de seu destinatário, constituído por aquilo que o divulgador presume que ele domina e, acima de tudo, não domina.

Vemos que os posicionamentos de Rojo (2008) e Grillo (2009) se convergem, no sentido de que as duas autoras entendem a divulgação científica como o embricamento e a dialogicidade do discurso secundário da produção da ciência e do discurso primário representado pela “vulgarização” científica.

Rojo (2008), no entanto, como vimos, faz uma diferença entre divulgação científica e jornalismo científico (ou curiosidades científicas). O primeiro aspecto refere-se, de acordo com a pesquisadora, a textos advindos da esfera científica, escritos por cientistas ou jornalistas especializados, embora a esfera de circulação seja a jornalística. Como exemplo, a autora cita a maioria dos textos publicados pela revista *Ciência Hoje*. O segundo grupo destina-se, na visão de Rojo (2008), a textos menos comprometidos com o rigor científico, escritos por jornalistas (especializados ou não), cujo objetivo seria o de fazer jornalismo científico, e cita revistas como *Super Interessante* e *Galileu* – nesse caso, o jornalismo se enquadraria tanto como a esfera de produção como de circulação.

Concordamos com a divisão da autora, pois entendemos que há um campo de divulgação científica mais especializado, voltado para um público mais seletivo, como é o caso dos leitores da *Ciência Hoje*. Entendemos que o contexto de produção das duas frentes apontadas pela autora é

diferenciado, porém não desqualificamos a importância dos textos do jornalismo científico, por isso a opção de abordá-los no nosso trabalho. Essa divulgação em massa – jornalismo científico – é feita por empresas de comunicação (jornais e revistas) que publicam, por exemplo, temas relacionados à saúde, ao meio ambiente, à tecnologia, etc.

De acordo com Cataldi (2007), o grande acesso do público à ciência e à tecnologia contribuiu para a consideração dessas áreas como notícia. Nessa perspectiva, entra o papel dos textos de divulgação científica, cujo objetivo principal é informar o público leigo sobre acontecimentos e pesquisas científicas atuais, trazendo uma análise mais acessível e de fácil compreensão, o que caracteriza esses textos como “vulgarização científica” (levar ao vulgo – à população leiga – conhecimentos do mundo científico).

O jornalista (especializado ou não), ao produzir um texto de divulgação científica, desloca a ciência para um outro campo, traz ao público o que há de novo/problemático/inusitado no mundo científico. Nesse contexto, evidentemente, os textos produzidos pela esfera científica devem passar por uma transformação para atingir esse novo público. Podemos dizer que há uma mudança da esfera científica para a esfera midiática e, conseqüentemente, uma mudança também de discurso, para a apresentação do conhecimento.

Para Cataldi (2007), o maior problema enfrentado pelo jornalista é o de elaborar um novo discurso para aproximar o estilo do discurso científico (conceitos, termos) ao do discurso midiático, que prevê um público mais amplo, heterogêneo e não especializado. A autora destaca a grande importância dessas duas realidades discursivas, que permite a real democratização do conhecimento científico.

Cataldi (2007) afirma que para a divulgação do conhecimento científico na mídia, o jornalista parte de uma variedade de estratégias discursivas, dentre elas: a definição, a metáfora, a exemplificação, a paráfrase, a comparação, entre outras. Essa reformulação discursiva é usada como facilitadora da compreensão dos textos. Em uma análise linguístico-discursiva, Cataldi (2007) afirma que a divulgação da ciência é um processo de reformulação determinado pelos procedimentos de expansão, redução e variação: 1) o procedimento de expansão tem o objetivo de apresentar os significados conceituais necessários para a efetiva participação comunicativa do leitor, substituindo um termo por outro; 2) no procedimento de redução, o jornalista deixa de apresentar informação por não ser relevante ou necessária naquela versão divulgada; 3) o procedimento de variação refere-se às mudanças para transformar um texto que apresenta vocabulário científico em outro cujo vocabulário seja mais acessível, a fim de atingir um leitor não especialista.

De acordo com Motta-Roth e Marcuzzo (2010), o processo de popularizar a ciência é determinante para a sobrevivência da própria ciência – vista como um bem. Os autores ressaltam que o acesso a esse conhecimento deve estar disponível para toda a sociedade de uma forma democrática e justificam o processo de popularização da ciência a partir de três eixos centrais:

- 1) o dever dos meios de comunicação (mais ou menos acadêmicos) de informar a sociedade sobre o avanço do conhecimento;
- 2) a responsabilidade do mediador em explicar princípios e conceitos para que a sociedade avance na transformação conjunta do conhecimento;
- 3) a necessidade de a sociedade entender a relevância da pesquisa para que continue a empreitada científica (MOTTA-ROTH; MARCUZZO, 2010, p.518).

É, portanto, uma tarefa do jornalista/divulgador transformar os conhecimentos científicos em conhecimentos ao alcance de todos. Entendemos que os textos de divulgação científica publicados por jornalistas em jornais e revistas são fontes importantes dos saberes produzidos pela ciência. Eles são, assim, ferramentas disseminadoras de saberes, a *priori*, complexos, mas que podem ser “vulgarizados” para a sociedade em geral.

2.2. A reportagem de divulgação científica: análise do *corpus* de pesquisa

Na pesquisa exploratória, para seleção do *corpus*, observamos que as reportagens de divulgação científica apresentam ancoragens diferentes: 1) algumas têm como motivação uma “notícia” científica recente, fruto de uma pesquisa recém-divulgada; 2) outras abordam temas ou fatos científicos contemporâneos (e de relevância social) sem, contudo, partirem de uma recente descoberta da ciência – podem até abordar algumas pesquisas, mas não se concentram necessariamente na divulgação de uma delas.

A partir dessas observações procuramos respaldo nas classificações de reportagens de Sodré e Ferrari (1986) e Kindermann (2014). Consideramos, assim, para essa investigação, dois subgêneros da reportagem: para o primeiro, utilizamos a nomenclatura de Kindermann (2014) – *reportagem de pesquisa* (aquela que explora uma pesquisa divulgada recentemente); para o segundo subgênero, decidimos introduzir uma nova denominação – *reportagem de temas/fatos científicos*, que tem como motivação primeira a apresentação e aprofundamento de temas ou fatos científicos, sem se apoiar, necessariamente, em uma pesquisa recém-divulgada. Portanto, nossa análise será conduzida por esses dois subgêneros: 1) *reportagem de pesquisa*; 2) *reportagem de temas/fatos científicos*. Essa distinção é importante tanto para entender o funcionamento do gênero como para elaborar, a *posteriori*, materiais didáticos que possam mediar o trabalho do professor.

O *corpus* analisado na modelização é formado por onze reportagens de divulgação científica com temas voltados à medicina, saúde, tecnologia e meio ambiente, sendo que quatro pertencem ao subgênero “reportagem de pesquisa” e sete ao subgênero “reportagem de temas/fatos científicos”. As reportagens foram coletadas nas revistas *Galileu*, *Veja*, *Superinteressante* e no jornal *Folha de Londrina*:

Nº	Título	Suporte
1	<i>Alzheimer in vitro</i>	VEJA Nov. 2014 (p. 110-112)
2	<i>Um prêmio para sair do crack</i>	VEJA Set. 2014 (p. 94-95)
3	<i>Desmatamento é coisa do passado</i>	GALILEU Abr. 2016 (p.14)
4	<i>Conectividade ameniza preocupações ao dirigir</i>	Folha de Londrina Set. 2015 (p.1) Carro & Cia
5	<i>O Canabidiol não é droga</i>	VEJA Set. 2014 (p.106-109)
6	<i>O El Niño bate à porta</i>	VEJA Jul. 2014 (p.93-95)
7	<i>Não tome vacina</i>	Super Interessante Set. 2015 (p.40-45)
8	<i>A verdade sobre as calorias</i>	Super Interessante Jan. 2016 (p.30-39)
9	<i>A verdade sobre o zika</i>	Galileu Mar. 2016 (p.18)
10	<i>A mãe de todos nós</i>	VEJA Out. 2014 (p.96-101)
11	<i>Próteses feitas em domicílio</i>	VEJA Fev. 2015 (p.74-75)

Quadro 1 – *Corpus* da pesquisa

Para sintetizar o processo de modelização do gênero, realizado após a análise do *corpus* selecionado, apresentamos quadros que resumem as características contextuais, discursivas e linguístico-discursivas (relacionadas aos três tipos de capacidades de linguagem descritos pelo ISD) dos dois subgêneros da reportagem de divulgação científica identificados na nossa pesquisa: 1) reportagem de pesquisa; 2) reportagem de temas/fatos científicos.

Características contextuais da reportagem de pesquisa
<ul style="list-style-type: none"> Prática social: a divulgação de descobertas científicas recentes. De acordo com Cataldi (2007), o grande acesso do público à ciência e à tecnologia contribuiu para a consideração dessas áreas como notícia. Nessa perspectiva, entra o papel dos textos de divulgação científica, cujo objetivo principal é informar o público leigo sobre acontecimentos e pesquisas científicas atuais, trazendo uma análise

- mais acessível e de fácil compreensão, o que caracteriza esses textos como “vulgarização científica”.
- Esse subgênero é tido como um *aprofundamento de uma notícia* (KINDERMANN, 2014) de divulgação científica.
 - Subgênero escrito, produzido pela esfera jornalística, publicado em revistas e jornais, e que faz um diálogo direto com a esfera científica.
 - O sujeito-produtor é o jornalista que assume o papel de “facilitador” das novidades científicas para um leitor não especializado.
 - O objetivo maior é de divulgar resultados de pesquisa científica para um meio pouco especializado, de forma que qualquer cidadão tenha um relativo conhecimento do mundo científico.
 - Os conteúdos temáticos abordados são relativos à ciência e à tecnologia; temas ora abordados de uma maneira mais formal (como acontece com as reportagens publicadas em jornais diários e revistas voltadas para o público adulto), ora de uma forma mais informal (como acontece com algumas revistas especializadas, como é o caso da *Galileu* e da *Super Interessante*, voltadas para um público mais jovem).
 - O grande valor que esse subgênero da divulgação científica vem assumindo nos dias atuais é devido à inclusão social que ele proporciona. Por meio desses textos um público que antes não teria acesso às descobertas científicas passa a tomar conhecimento, mesmo que perpassado pelo discurso jornalístico. “Na atual sociedade da (in)formação, os textos jornalísticos de divulgação científica têm como finalidade principal informar acerca da importância e utilidade dos diversos conhecimentos científicos para o público em geral” (CATALDI, 2007).

Quadro 2 – Características contextuais da reportagem de pesquisa

Características discursivas da reportagem de pesquisa
<ul style="list-style-type: none"> ▪ O subgênero fundamenta-se, <i>a priori</i>, num <i>relato interativo</i> (BRONCKART, 2003), pois visa relatar uma pesquisa recém-publicada. O tempo de ancoragem é o presente da enunciação. É a partir desse presente (simulado pelo dia da publicação do jornal/revista) que o agente-produtor (jornalista) reporta-se a um fato recente do passado para demarcar a “descoberta” científica, como podemos ver nos trechos a seguir – um introduzido por um advérbio de tempo que denota essa “novidade”; e outro marcado por um verbo que traz esse aspecto em sua semântica: “Recentemente, pesquisadores do Hospital Geral de Massachusetts...” (Texto 1); “<i>O método, conhecido no jargão da psicologia como incentivos motivacionais, acaba de ser testado pela primeira vez em pacientes brasileiros</i>” (Texto 2). ▪ Entretanto, é um subgênero que tem uma discursividade heterogênea. Além do relato interativo, utiliza-se também do <i>expor teórico</i> (BRONCKART, 2003), quando o expor não deixa marcas das coordenadas da ação de linguagem, revelando uma linguagem objetiva, teórica: <i>Um milhão de brasileiros são usuários de crack. Metade deles está com a vida devastada pela droga. [...] Busca-se, incansavelmente, uma saída para esse beco. Uma técnica baseada na recompensa financeira da abstinência tem apresentado resultados animadores</i>” (Anexo 2); ou do <i>expor misto interativo-teórico</i>, como no exemplo a seguir, em que o dêitico “em breve” revela a implicação do discurso expositivo, pois para interpretar o texto “é necessário ter acesso a suas condições de produção” (BRONCKART, 2003, p. 155), neste caso, a data da publicação da revista: “<i>A outra parte é composta, em grande parte, de pessoas que, em breve, também terão sucumbido ao vício</i>” (Texto 2). ▪ A planificação textual deste subgênero é bastante complexa. Apoiando-nos nas categorias de Bronckart (2003), podemos dizer que, no plano macro de análise, a planificação textual ancora-se, sobretudo, na <i>sequência explicativa</i> (fase de constatação inicial, problematização, resolução e conclusão-avaliação), mesmo que nem sempre mantendo todas as fases do protótipo. Essa sequência, segundo o autor, parte de um fenômeno, <i>a priori</i>, incontestável, mas problemático, passível de complementação, explicação, etc. No caso da reportagem de pesquisa, o jornalista lança a <i>constatação inicial</i>, ou seja, o tema que gerou a pesquisa, e contextualiza-o (por meio de planificações diversas: um relato, explicação, definição, descrição, etc.). A <i>problematização</i> aparece com o relato inicial da pesquisa (ou pesquisas) divulgada recentemente, que traz algo novo em relação à situação inicial. A <i>resolução</i>, ou explicação propriamente dita, é textualizada pelo relato aprofundado da pesquisa, a partir de vozes autorizadas (discurso direto e indireto), pela descrição de partes e conteúdos da pesquisa ou por segmentos do narrar ou expor, considerados como grau zero da planificação (script, no caso da ordem do narrar; e esquematizações, no caso da ordem do expor). O jornalista pode se aprofundar em um dos aspectos da pesquisa e buscar, inclusive, outras pesquisas para comparar, complementar, contrapor, justificar a pesquisa atual, etc. A <i>conclusão-avaliação</i> pode aparecer no final do texto ou após a resolução de cada “parte” da pesquisa (que representa o problema em si a ser explicado). Como vemos, esse subgênero articula discurso do narrar e expor. Exemplo (Texto 1):

Constatação inicial – “Poucas doenças desafiam a medicina por tanto tempo quanto o Alzheimer, descrito pela primeira vez em 1906. Apesar dos avanços dos exames de imagem e do aprofundamento dos conhecimentos em neuroquímica, o diagnóstico ainda é feito por exclusão, os remédios são paliativos e os fatores de risco permanecem obscuros. [...]”; **Problematização** – “Recentemente, pesquisadores do Hospital Geral de Massachusetts, da Universidade Havard, nos Estados Unidos, deram um enorme passo rumo a uma maior compreensão do distúrbio e à elaboração de novos medicamentos.”; **Resolução/Explicação** – “A partir das células-tronco embrionárias, eles desenvolveram em laboratório células cerebrais e injetaram nelas mutações genéticas características das doenças – o ‘Alzheimer in vitro’. Entre seis e oito semanas depois, sob as lentes do microscópio, acompanharam a agonia e a morte dos neurônios” [...]; **Conclusão-avaliação** – “A pesquisa de Havard foi recebida com entusiasmo pelos especialistas”; **Novas resoluções/explicações** (outros aspectos da pesquisa/problema) – “A doença surge do acúmulo exagerado de duas proteínas no cérebro. [...]” – a partir daí a reportagem explora vários aspectos da pesquisa/problema e termina com uma **conclusão-avaliação** num tom otimista – “A esperança é que o Alzheimer in vitro reverta essa situação e permita frear o triste trem de alheamento, lento e inexorável, de uma doença dramática.”

- A impessoalidade é marca desse subgênero, o que gera certo distanciamento entre produtor e destinatário.
- O referente é sempre algo que é fruto de uma pesquisa, por isso, a utilização frequente de referências a vozes autorizadas, geralmente da ciência, como no exemplo a seguir: “Diz o psiquiatra Ronaldo Laranjeira, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)” (Texto 2).
- O plano textual geral pode ser apresentado da seguinte maneira (não trazemos uma ordem linear, mas partes prototípicas do subgênero):

A) Fotos/figuras, geralmente, com legendas: todas as reportagens apresentam figuras/fotos, geralmente, com legendas explicativas que, juntamente com o título, fazem a “propaganda” da reportagem, servem de chamariz para a leitura. Elas também complementam o sentido do texto, pois materializam um ponto de vista do jornalista.

B) Infográficos: esse subgênero é conjugado, quase sempre, com infográficos, que trazem informações sintetizadas e didatizadas da reportagem ou informações que complementam o texto.

C) Título: frase de impacto que faz a “propaganda” da reportagem; o jornalista escolhe o foco que imagina possa chamar mais atenção do leitor; geralmente são pouco esclarecedores, necessitando da leitura do subtítulo para que se tornem mais compreensíveis, como em “Conectividade ameniza preocupação de dirigir”, que necessita do subtítulo “Pesquisa destaca preferência de brasileiros por tecnologias que garantem segurança em carros conectados” (Texto 4) para ser compreendido. No nosso corpus, observamos um título composto por frase nominal: “Alzheimer in vitro” (Texto 1); os outros por frases verbais, exemplo: “Conectividade ameniza preocupação de dirigir” (Texto 4).

D) Subtítulo: frase mais explicativa do que o título; complementa o título; traz, geralmente, uma síntese da “notícia”, ou seja, da divulgação de uma pesquisa recente, porém, mantendo o verbo no presente para presentificar o fato, torná-lo mais próximo do leitor, como podemos ver no exemplo: “Estudos com formações rochosas revelam que homens são responsáveis por devastações de florestas há mais de um milênio” (Texto 3).

E) Olho da reportagem: em algumas reportagens é possível encontrar um “olho” no meio do corpo da reportagem – “destaque (com letras maiores) de uma frase importante ou interessante que está no interior de matérias jornalísticas [...]” (FARIA; ZANCHETTA JR., 2012, p.12).

F) Nome do jornalista responsável: é sempre um texto assinado por um jornalista, especialista ou não no tema.

G) Corpo do texto principal: a reportagem de pesquisa é textualizada de várias maneiras, porém, é possível depreender os seguintes atos discursivos (nem sempre apresentados nessa ordem e nem sempre presentes no texto, como é o caso da comparação): **1) contextualizar o tema da pesquisa**, a partir de uma descrição, relato, definição, etc., como neste exemplo, em que o jornalista inicia seu texto descrevendo a realidade do crack: “Um milhão de brasileiros são usuários de crack. Metade deles está com a vida devastada pela droga. A outra parte é composta, em grande parte, de pessoas que, em breve, também terão sucumbido ao vício” (Texto 2); **2) apresentar uma pesquisa recente**, momento em que o jornalista coloca em evidência a descoberta da ciência: “O método, conhecido no jargão da psicologia como de incentivos motivacionais, acaba de ser testado pela primeira vez em pacientes brasileiros. Conduzido por pesquisadores da Unifesp e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo [...]” (Texto 2); **3) relatar e**

comentar a pesquisa, trazendo aspectos que o jornalista considera importante ou que sua entrevista/pesquisa revelou como mais importante; nessa fase é frequente a mobilização de vozes de especialistas da área ou de pessoas envolvidas na pesquisa; a opinião explícita, geralmente, aparece na voz do outro, daquele que tem autoridade para tanto, mas é comum o jornalista trazer uma análise dos fatos, como em: “A chave para o sucesso da terapia à base de incentivos motivacionais está no fato de que o dependente é tratado como criança” (Texto 2); **4) expandir o tema da pesquisa**, embora não seja uma fase obrigatória, momento em que o jornalista pode expor informações relevantes para que o leitor compreenda melhor a pesquisa; ele pode trazer outras pesquisas para complementar as informações, comparar com a pesquisa em foco, etc. **5) Concluir-Avaliar**: tem por objetivo apresentar uma avaliação e/ou conclusão em relação à pesquisa; às vezes essa avaliação pode ser textualizada em forma de expectativa para o futuro, como em: “A esperança é que o Alzheimer in vitro reverta essa situação [...]”.

Quadro 3 – Características discursivas da reportagem de pesquisa

Características linguístico-discursivas da reportagem de pesquisa

- É comum o discurso de popularização da ciência se valer de padrões discursivos da linguagem do cotidiano, mais informal, com frases-feitas, metáforas populares: “*Ou seja, há dedo do homem nesse problema*”. (Texto 3); “*Busca-se, incansavelmente, uma saída para esse beco*”. (Texto 2); “*Um grupo de cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) descobriu que a pegada ambiental da era pré-industrial não é tão limpa quanto imaginávamos*.” (Texto 3).
- Entretanto, a textualidade não foge à norma culta da língua.
- O tempo de ancoragem é o presente da enunciação, representado pelo dia da publicação do jornal ou revista. A temporalidade pode marcar uma anterioridade pontual em relação a esse presente, quando se relata, por exemplo, a pesquisa, foco da reportagem: “[...] a presente pesquisa [...] entrevistou 5,8 mil consumidores [...]” (Texto 4). Nesse caso, usa-se o pretérito perfeito. A temporalidade pode também marcar uma posterioridade ou uma concomitância em relação a esse presente. Exemplo de uso do presente do indicativo, mostrando uma concomitância: “*Poucas doenças desafiam a medicina por tanto tempo quanto o Alzheimer [...]*” (Texto 1); “*Um milhão de brasileiros são usuários de crack*.” (Texto 2).
- Há a predominância dos conectivos lógicos: “[...] *Embora a ciência já tenha comprovado que o acúmulo de beta-amiloide esteja na origem do Alzheimer, permanece um mistério a causa desse desequilíbrio*”; “[...] *É um extraordinário progresso, mas ainda está longe da revolução imaginada pelo psiquiatra Gataz*” (Texto 1).
- É característica marcante desse subgênero o emprego de referência a pesquisadores e nomes autorizados para falar sobre a pesquisa. A citação de vozes de especialistas dá credibilidade ao discurso. A textualização dessas citações é feita, raramente, pelo discurso indireto, e com mais frequência, pelo direto (com uso de aspas): “*‘O exame de imagem é um instrumento apenas complementar ao exame clínico’, diz Salvador Borges Neto, professor de radiologia da Universidade Duke, nos Estados Unidos*” (Texto 1); “*‘A lógica, basicamente, consiste em substituir o bem estar imediato da droga por outro tipo de prazer instantâneo’, diz André Constantino Miguel, psicólogo responsável pelo estudo da Unifesp*” (Texto 2). Mesmo mais raro, há casos de discurso indireto na citação de vozes autorizadas da ciência: “*Meire Waki, diretora da área automotiva da GfK no Brasil, explica que fazem parte do LEC os consumidores influentes, os apaixonados por compras ou os que são pioneiros na adoção de novas tecnologias, produtos ou serviços. Segundo ela, a pesquisa apontou que mais da metade dos motoristas brasileiros, chineses e russos consideraria as soluções de conectividade para ajudar a amenizar suas preocupações ao dirigir*”. (Texto 4).
- Nessas citações das vozes autorizadas da ciência usa-se como recurso linguístico os verbos do dizer, geralmente os mais neutros: dizer, afirmar, destacar, declarar, relatar, etc.; às vezes esses verbos aparecem no passado, concordando com o relato da pesquisa, outras vezes aparecem no presente, passando a impressão de que a entrevista está acontecendo no momento da escrita do texto.
- A pontuação, como a vírgula ou dois pontos, ou sinais gráficos, como o travessão ou parênteses, assinalam a presença de elementos explicativos que o jornalista utiliza para facilitar o entendimento do texto por um público leigo. É comum uma explicação depois de um termo especializado, com recursos de pontuação ou sinais gráficos como os parênteses ou travessão: “[...] *compromete a ação de outra proteína a tau – composto que, em um organismo saudável, participa da manutenção da estrutura celular*” (Texto 1).
- A seleção lexical, além de estar relacionada ao tema da pesquisa, também está condicionada à transformação do vocabulário científico em vocabulário acessível ao público leigo. Como um dos

recursos, percebemos a presença de figuras de linguagem populares/do cotidiano: “*A chave para o sucesso da terapia à base de incentivos motivacionais está no fato de que o dependente é tratado como criança.*” (Texto 2); “*A prática de controle adotada pelos pesquisadores brasileiros da Unifesp revela-se como uma extraordinária janela de esperança contra a sombra do crack*” (Texto 2); “*Perante uma doença tão complexa, evidentemente, o modelo criado em Harvard é uma grande conquista, mas não representa a bala de prata para o Alzheimer*”. (Texto 1)

Quadro 4 – Características linguístico-discursivas da reportagem de pesquisa

Características contextuais da reportagem de temas/fatos científicos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prática social: divulgação de fatos e fenômenos científicos contemporâneos de interesse do público em geral relacionados a temas científicos de áreas diversas, como saúde, tecnologia, meio ambiente, etc. Segundo Rojo (2008), os textos de divulgação científica surgiram dessa vontade de dar ao povo o conhecimento sobre os bens da ciência. Exemplos: 1) “<i>Os registros de casos do vírus zika no Brasil abriram as portas das teorias da conspiração</i>” (Texto 9); “<i>Desenvolvidas nos anos 80, as primeiras impressoras 3D foram tratadas nos criativos laboratórios do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, nos Estados Unidos, como porta de entrada para uma nova Revolução Industrial [...]</i>” (Texto 11); “<i>El Niño surge em nossa vida de cinco em cinco anos, e o assunto pode às vezes soar repetido, mas em nada é leviano</i>” (Texto 6). ▪ Esse subgênero trata de um aprofundamento de temas, fatos e fenômenos científicos, mas sem se apoiar, necessariamente, em uma pesquisa recém-divulgada. Seu objetivo pode ser: 1) aprofundar sobre um fenômeno científico de interesse do público à luz da ciência e de pesquisas científicas, trazendo a suposta “verdade”, como podemos verificar, claramente, nos títulos/subtítulos de duas reportagens do nosso corpus: “<i>A verdade sobre o Zika</i>” (Texto 9); “[...] <i>Entenda aqui, de uma vez, a polêmica das vacinas</i>” (Texto 7); [...] <i>Entenda por quê – a aprenda a calcular, com precisão, de quantas calorias o seu corpo realmente precisa</i>” (Texto 8); 2) divulgar um fato relacionado ao um fenômeno científico de interesse público, como é possível observar em dois subtítulos do nosso corpus: “<i>As impressoras 3D deixam o campo da mera promessa e começam a ser usadas pela medicina na construção de mãos artificiais [...]</i>” (Texto 11); “<i>O fenômeno, que cria um descompasso no clima planetário, pode ter início na próxima semana [...]</i>” (Texto 6). Esse subgênero pode lançar mão de várias pesquisas, experimentos e sob diversos pontos de vista para tratar, aprofundar um tema científico de interesse público. ▪ O objetivo maior é o de se aprofundar em fenômeno científico que possa esclarecer sobre um tema do mundo da ciência para um meio pouco especializado, de forma que o cidadão “comum” tenha um relativo conhecimento sobre o conteúdo abordado. ▪ Subgênero escrito, produzido pela esfera jornalística, publicado em revistas e jornais, e que faz um diálogo direto com a esfera científica. ▪ O sujeito-produtor é o jornalista que assume o papel de “facilitador” das informações científicas para um leitor de jornal/revista, <i>a priori</i>, não especializado no conteúdo científico. ▪ Os conteúdos temáticos abordados são relativos à ciência e à tecnologia; temas ora abordados de uma maneira mais formal (como acontece com as reportagens publicadas em jornais diários e revistas voltadas para o público adulto), ora de uma forma mais informal (como acontece com algumas revistas especializadas, como é o caso da <i>Galileu</i> e da <i>Super Interessante</i>, voltadas para um público mais jovem). ▪ De acordo com Motta-Roth e Marcuzzo (2010), o processo de popularizar a ciência é determinante para a sobrevivência da própria ciência, vista como um bem, sendo que o acesso a este conhecimento deve estar disponível para toda a sociedade de uma forma democrática.

Quadro 5 – Características contextuais da reportagem de temas/fatos científicos

Características discursivas da reportagem de temas/fatos científicos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assim como a reportagem de pesquisa, a reportagem de temas científicos tem uma discursividade heterogênea, porém essa não se centra no relato de uma pesquisa recente, por isso seu eixo discursivo não é o <i>relato interativo</i>, como na reportagem de pesquisa. Entretanto, também pode se utilizar de encaixes desse tipo de discurso, pois, como vimos, é comum esse subgênero lançar mão de pesquisas científicas, experimentos para fundamentar sua discursividade, desde que essas não sejam o foco da reportagem. Quando aparecem, não são pesquisas ou experimentos recém-publicados, como podemos ver neste

exemplo: “Um dos primeiros sinais desse extraordinário passo teve origem na iniciativa de uma ONG americana [...] A E-nable nasceu em 2013 [...] O marceneiro perdera quatro dedos da mão direita em um acidente de trabalho com uma serra elétrica em 2011. Sem dinheiro para comprar uma prótese tradicional [...] ele resolveu estudar sozinho para fabricar a sua” (Texto 11).

- O subgênero estrutura-se, de forma macro, no mundo do expor. Pode utilizar-se do *expor teórico* (BRONCKART, 2003), quando o expor não deixa marcas das coordenadas da ação de linguagem, revelando uma linguagem objetiva, teórica: “O canabidiol é um dos 480 compostos da maconha. Extraído do caule e das folhas da planta, a substância não é psicoativa nem tóxica” (Texto 5); ou do *expor misto interativo-teórico*, como no exemplo a seguir, em que o dêitico “Nos últimos cinco anos” revela a implicação do discurso expositivo, pois para interpretar o texto é preciso ter acesso à data da publicação da revista (momento simulado da enunciação): “Nos últimos cinco anos, as impressoras 3D popularizaram, com modelos domésticos a menos de 1 000 dólares” (Texto 11). A implicação do expor, ou seja, seu lado “interativo”, se deve, em grande parte, pela implicação temporal, porém, em alguns casos é possível perceber, mesmo que de forma sutil, uma implicação do destinatário, como no uso da frase interrogativa, para efeitos retóricos, em: “Seus clientes? Os pais de 12 crianças participantes do estudo” (Texto 7); e uso da primeira pessoa do plural em: “Mas seria fácil se pudéssemos chamar todo mundo que decide não vacinar os filhos de loucos” (Texto 7).
- A planificação textual desse subgênero é bastante complexa. Apoiando-nos nas categorias de Bronckart (2003), podemos dizer que, no plano macro de análise, a planificação textual ancora-se, sobretudo, na *sequência explicativa* (fase de constatação inicial, problematização, resolução e conclusão-avaliação), mesmo que nem sempre mantendo todas as fases do protótipo. Essa sequência, segundo o autor, parte de um fenômeno, a *priori*, incontestável, mas problemático, passível de complementação, explicação, etc. No caso da reportagem de temas/fatos científicos, o jornalista lança a *constatação inicial* pautada no tema/fenômeno que gerou a pesquisa, e contextualiza-o (por meio de planificações diversas: um relato, explicação, definição, descrição, depoimento, etc.). A *problematização* surge a partir de algum ponto problemático em relação ao tema e que vai ser explicado/aprofundado pelo jornalista. A *resolução*, ou explicação propriamente dita, é quando o jornalista traz a “verdade” em relação ao fenômeno ou fato/notícia de mundo científico, explorando pontos que julga pertinentes, a partir de vozes autorizadas (discurso direto e indireto), relatos de pesquisas diversas, descrições ou por segmentos do narrar ou expor, considerados como grau zero da planificação (script, no caso da ordem do narrar; e esquematizações, no caso da ordem do expor). A *conclusão-avaliação* pode aparecer no final do texto ou após a resolução de “parte” do problema (fenômeno ou fato do mundo científico). Exemplo (Texto 11): **Constatação inicial** – “Desenvolvidas nos anos 80, as primeiras impressoras 3D foram tratadas nos criativos laboratórios do Instituto de Tecnologia De Massachusetts, nos Estados Unidos, como porta de entrada para nova Revolução industrial [...] Soaram por muito tempo como promessa inalcançável [...] “Nos últimos cinco anos, as impressoras 3D se popularizaram [...]”; **Problematização** – “No entanto, apesar do espaço conquistado, as 3D ainda deixam a impressão de algo desnecessário”; **Resolução** – “Não para os profissionais e pacientes envolvidos na medicina de ponta, área afeita aos avanços da impressão em 3D. As impressoras podem ser utilizadas para criar instrumentos cirúrgicos, construir modelos fac-similares de apoio a investigações de novas técnicas, além de próteses eficientes e órgãos funcionais que em breve devem ser usados em transplantes [...] Um dos primeiros sinais desses extraordinários passos teve origem na iniciativa de uma ONG [...] A E-nable nasceu em 2013 [...]”; **Conclusão-avaliação** – “A E-nable pode ter solucionado um problema pouco conhecido, mas assustadoramente prevalente. [...]”.
- A impessoalidade do autor é marca desse subgênero, porém, em alguns casos, é possível observar o uso da primeira pessoa do plural num gesto de implicação coletiva, como em: “Há pistas de que já presenciamos um prefácio do El Niño” (Texto 6).
- Como o referente principal não é o resultado de uma pesquisa específica, mas um fato ou fenômeno do mundo científico, as vozes de autoridade nem sempre são de pesquisadores, como nestes casos: “Afirma Max Blankfeld, um dos sócios da empresa americana Family Tree DNA”(Texto 10); “‘Eu não vacino meu filho porque é meu direito decidir quais erradicadas voltarão com tudo’, escreveu o The Onion, um site humorístico [...]” (Texto 7). É comum depoimentos de “pessoas comuns” como esse que inicia a reportagem “O canabidiol não é droga”: “‘Finalmente consegui ficar sozinha em casa. [...] tirei um pé de maconha. Fui pegar meu filho Miguel, de 5 anos [...] pinguei 20 gotas do óleo [...] Miguel ficou prostrado, com um sorriso frouxo. Fiquei apavorada e parei com tudo. Nunca mais.’ Oferecer o óleo de maconha a Miguel foi o último recurso da paranaense Priscila [...]” (Texto 5).
- O plano textual global pode ser apresentado da seguinte maneira (não trazemos uma ordem linear, mas partes prototípicas do subgênero):

A) Fotos/figuras, geralmente, com legendas: todas as reportagens apresentam figuras/fotos, geralmente, com legendas explicativas que, juntamente com o título, fazem a “propaganda” da reportagem, servem de

chamariz para a leitura. Elas também complementam o sentido do texto, pois materializam um ponto de vista do jornalista.

B) Infográficos: esse subgênero é conjugado, quase sempre, com infográficos, que trazem informações sintetizadas, didatizadas da reportagem, ou informações que complementam o texto (ver infográfico do Texto 5, por exemplo).

C) Título: frase de impacto que faz a “propaganda” da reportagem; o jornalista escolhe o foco que imagina chamar mais atenção do leitor. Diferentemente das reportagens de pesquisa, as de temas científicos, na maioria dos casos, parecem ter títulos mais centrados no foco da reportagem (“verdade” sobre um fenômeno ou fato do mundo científico), como nos exemplos: “A verdade sobre o Zika” (Texto 9); “O canabidiol não é droga” (Texto 5); “O El Niño bate à porta” (Texto 6). São frases curtas e que já trazem, na maioria das vezes, o eixo central da reportagem. O tempo verbal dos títulos (quando têm frases verbais, pois, geralmente, são elaborados por frases nominais, muitas vezes, com verbos substantivados) é sempre o presente, para presentificar o fato, torná-lo mais próximo do leitor.

D) Subtítulo: O subtítulo vem complementar o título; é mais longo que o título, porém com frases curtas e com uma sintaxe simples; com menos destaque gráfico; no caso desse subgênero, pode aparecer ora anunciando um fato do mundo da ciência, como o subtítulo da reportagem sobre o El Niño “*O fenômeno, que cria um descompasso no clima planetário, pode ter início na próxima semana. E deve provocar cenários de contornos catastróficos*” (Texto 6), ora uma “verdade” sobre um fato, como na reportagem sobre o Zika “*Como um problema sério de saúde também afeta a imaginação das pessoas*” (Texto 9). O tempo verbal dos subtítulos é sempre o presente, para presentificar o fato, torná-lo mais próximo do leitor.

E) Olho da reportagem: em algumas reportagens é possível encontrar um “olho” no meio do corpo da reportagem – “destaque (com letras maiores) de uma frase importante ou interessante que está no interior de matérias jornalísticas [...]” (FARIA; ZANCHETTA Jr., 2012). Em alguns casos, o olho pode trazer uma informação complementar e não um recorte de uma frase do texto, como acontece com o Texto 9.

F) Nome do jornalista responsável: é sempre um texto assinado por um jornalista, especialista ou não no tema.

G) Corpo do texto principal: a reportagem de temas/fatos científicos é textualizada de várias maneiras, porém, é possível depreender os seguintes atos discursivos (nem sempre apresentados nessa ordem e nem sempre presentes no texto): **1) contextualizar/apresentar o tema/fato da pesquisa**, a partir de uma descrição, relato, definição, etc.; neste exemplo, o jornalista inicia seu texto trazendo apenas informações sobre a periodicidade do El Niño “*O El Niño surge em nossa vida de cinco em cinco anos*” (Texto 6); **2) apresentar um problema gerador da reportagem**, que no caso do nosso exemplo, é quando o jornalista, ao se justificar por trazer uma reportagem sobre um tema que, *a priori*, parece ser tão “batido”, resume “vulgarmente” as consequências do fenômeno: “[...] e o assunto pode às vezes soar repetido, mas em nada é leviano. Ele prenuncia uma bagunça no clima do planeta, por vezes, com efeitos catastróficos” (Texto 6); **3) apresentar um fato/notícia relacionado ao mundo da ciência (Lide) OU uma “verdade” sobre um fenômeno científico, fase em que o jornalista, no exemplo em questão, traz o fato da possível chegada do El Niño:** “*Aumenta a probabilidade de o fenômeno climático [...] ocorrer ainda este ano, o que intensificaria as chuvas no sul do Brasil e criaria um bolsão quente e seco sobre o Norte e o Nordeste*” (Texto 6); **4) expandir o fato/notícia OU o fenômeno em foco**, trazendo aspectos que o jornalista considera importante ou que sua entrevista/pesquisa revelou como mais importante; nessa fase é frequente a mobilização de vozes de especialistas da área ou de pessoas relacionadas ao fato/fenômeno; a opinião explícita, geralmente, aparece na voz do outro, daquele que tem autoridade para tanto, mas é comum o jornalista trazer uma análise dos fatos, como em: “A esperança é que chova mais, para ajudar na recuperação do sistema Cantareira [...]” (Texto 2); no exemplo em questão, nessa fase, o jornalista traz vários indícios, mas justificados por evidências e vozes de autoridades, para “provar” a chegada antecipada do El Niño: “*Há pistas de que já presenciamos um prefácio do El Niño. A Índia, por exemplo, registrou, entre junho e julho, 48% menos chuvas, em comparação com a média histórica*” (Texto 6); **5) Concluir-Avaliar:** apresentar uma avaliação e/ou conclusão em relação ao fato ou fenômeno em questão; no caso do exemplo em pauta, na conclusão não há uma avaliação sobre o fato/fenômeno, mas uma explicação sintética do fenômeno El Niño e a introdução de um outro aspecto – a negação da possível associação entre o El Niño e o La Niña: “*O El Niño é um fenômeno natural que ocorre na Terra ao menos há 120 milênios [...] O último relatório do Painel*

Intergovernmental sobre Mudanças Climáticas, da UNU, porém, admite que não há associação aparente [entre El Niño e La Niña]” (Texto 6).

Quadro 6 – Características discursivas da reportagem de temas/fatos científicos

Características linguístico-discursivas da reportagem de temas/fatos científicos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nesse subgênero, o jornalista, para divulgar um fato/fenômeno do mundo da ciência na mídia parte de uma variedade de estratégias linguístico-discursivas, entre elas: 1) definição – “<i>O canabidiol é um dos 480 compostos da maconha</i>”. (Texto 5); 2) retomada por paráfrase – “<i>O El Niño é um fenômeno natural que ocorre na Terra ao menos há 120 milênios em intervalos médios de cinco anos. Só notamos essa anomalia climática, porém, há 200 anos.</i>” (Texto 6); 3) exemplificação – “<i>No Reino Unido e na Irlanda, por exemplo, a taxa de cobertura da tríplice viral (contra sarampo, rubéola e caxumba) chegava a 92% da população em 1996.</i>” (Texto 7); 4) comparação – “<i>A ATCC vende mesmo amostras para fins de pesquisa. Mas não é como pedir pizza</i>” (Texto 9). ▪ O discurso de popularização da ciência se vale de padrões discursivos da linguagem do cotidiano, registro mais informal, com frases-feitas, metáforas populares: “O buraco é mais embaixo” (Texto 7); “bolinhas” para se referir aos comprimidos de canbidiol (Texto 6); “De lá pra cá” (Texto 8); “bactéria boa/ruim” (Texto 8). Evidentemente, o suporte e o público-alvo vão influenciar na seleção lexical. ▪ Entretanto, a textualidade não foge à norma culta da língua. ▪ O tempo de ancoragem é o presente da enunciação, representado pelo dia da publicação do jornal ou revista. A temporalidade pode marcar uma anterioridade pontual em relação a esse presente, quando se traz relatos referentes ao fenômeno da reportagem, como no exemplo: “[...] <i>A última ocorrência do El Niño, entre 2009 e 2010, foi avaliada como leve [...]</i>” (Texto 6). Nesse caso, usa-se o pretérito perfeito. A temporalidade pode também marcar uma posterioridade ou uma concomitância em relação a esse presente. Exemplo de uso do presente do indicativo, mostrando uma concomitância: “<i>São três os principais indícios que permitem aos climatologistas firmar a previsão [...]</i>” (Texto 6). É no presente que o jornalista traz sua análise e a síntese dos fatos/fenômeno. ▪ Há a predominância de conectivos lógicos: 1) “[...] <i>Mas é também o registro da longa travessia iniciada na África entre 120000 e 170000 anos atrás</i>” (Texto 10); 2) “[...] <i>O DNA é uma molécula capaz de se duplicar – no entanto, como em toda reação bioquímica, não se produzem cópias perfeitas</i>” (Texto 10). ▪ Referência explícita a pesquisadores e pessoas autorizados para falar sobre fato/fenômeno em foco. A citação de vozes de especialistas dá credibilidade ao discurso. A textualização dessas citações é feita, com mais frequência, pelo discurso direto (com uso de aspas): “<i>As pesquisas que descobriram o zika estavam sendo feitas para entender a febre amarela. [...] teorias desse tipo não fazem sentido’, destaca Valcler Rangel Fernandes, vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz</i>” (Texto 9). O discurso indireto aparece com menos frequência, mas não podemos desconsiderá-lo como marca do gênero: 1) “<i>Segundo a Organização Meteorológica Mundial (WMO, na sigla em inglês), agência da ONU, a probabilidade de o El Niño chegar já em agosto, a partir da próxima semana, é de 60%</i>” (Texto 6). ▪ Nessas citações das vozes autorizadas da ciência usa-se como recurso linguístico os verbos do dizer, geralmente os mais neutros: dizer, afirmar, destacar, declarar, relatar, resumir, etc. às vezes esses verbos aparecem no passado, concordando com o relato em questão, outras vezes aparecem no presente, passando a impressão de que a entrevista está acontecendo no momento da escrita do texto. 1) “[...] <i>disse a VEJA o bioquímico búlgaro Raphael Mechoulam, pesquisador da Universidade Hebraica de Jerusalém e responsável por desvendar a estrutura química da substância, na década de 60</i>” (Texto 5); 2) “[...] <i>diz o psiquiatra Emmanuel Fortes, vice-presidente do CFM</i>” (Texto 5); 3) “<i>‘O comportamento atual das águas e dos ventos do Pacífico, combinado com outras pistas que usamos para a previsão, é similar ao que antecedeu outros eventos do tipo’</i>”, <i>resumiu a brasileira Katia Fernandes, meteorologista da Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos.</i>” (Texto 6); 4) “[...] <i>escreveu o geneticista Luigi Luca Cavalli-Sforza, autor de um clássico do assunto, Genes, Povos e Línguas</i>” (Texto 10). ▪ A pontuação, como a vírgula ou dois pontos, ou sinais gráficos, como o travessão ou parênteses, assinalam, geralmente, a presença de elementos explicativos que o jornalista utiliza para facilitar o entendimento do texto por um público leigo. É comum uma explicação depois de um termo

especializado, com recursos de pontuação ou sinais gráficos como os parênteses ou travessão; esses recursos também são usados para explicar o significado das siglas ou, inversamente, para destacar uma sigla, como nos exemplos: 1) “*Segundo a Organização Meteorológica Mundial (WMO, na sigla em inglês), agência da ONU [...]*” (Texto 6); 2) “[...] *Esses dados são transmitidos em tempo real ao Noaa, serviço oceanográfico e atmosférico do governo americano, e servem de base para medidas de prevenção tomadas pelos países afetados*” (Texto 6).

- A seleção lexical, além de estar relacionada ao tema da pesquisa, também está condicionada à transformação do vocabulário científico em vocabulário acessível ao público leigo. Como um dos recursos, percebemos a presença de figuras de linguagem populares/do cotidiano: 1) “*O cenário mais trágico já pintado pelo El Niño ocorreu entre 1997 e 1998*” (Texto 6); 2) “[...] *a nova onda de descrença nas vacinas começou em 1998*” (Texto 7); 3) “*Ninguém que convive em sociedade está dentro de uma bolha*” (Texto 7); 4) “*Também não leve tão ao pé da letra os números das embalagens*” (Texto 8); “*A nova ciência das calorias ameaça tirar os adoçantes do pedestal*” (Texto 8).

Quadro 7 – Características linguístico-discursivas da reportagem de temas/fatos científicos

Considerações finais

No processo de modelização da reportagem de divulgação científica, durante a pesquisa exploratória, as análises revelaram que as reportagens apresentavam ancoragens diferentes: algumas tinham como motivação uma notícia científica recente e outras abordavam temas ou fatos científicos contemporâneos, sem partirem de uma descoberta da ciência. A partir disso, procuramos referências sobre o assunto em outros trabalhos, porém não encontrando, decidimos fazer uma classificação em dois subgêneros: 1) reportagem de pesquisa (aquela que explora uma pesquisa divulgada recentemente) e 2) reportagem de temas/fatos científicos, que tem como motivação a apresentação e aprofundamento de temas ou fatos científicos, sem se apoiar em uma pesquisa recém-divulgada. Essa distinção foi importante tanto para entender o funcionamento do gênero como para elaborar o modelo teórico, que pode servir de apoio à elaboração de inúmeros materiais didáticos.

The genre "scientific dissemination report" and its Subgenres

ABSTRACT: This article is based on the studies of the Sociodiscursive Interactionism (ISD), having as contributions studies that take the language by an interactionist bias, beyond of others that give support to the description of the genre "scientific dissemination report". The objective is to present a theoretical model of the genre in analysis, introducing two subgenres: research report and scientifics themes/facts report. The modeling has as textual *corpus* eleven reports published by *Galileu*, *Veja*, *Super Interessante* magazines and by *Folha de Londrina Newspaper*. Therefore, it is expected giving support to the elaboration of didactic that take the genre as object/instrument of language teaching.

Keywords: ISD; textual genre; subgenres; Scientific dissemination report; theoretic model.

Referências

BAHIA, J. *Jornal, história e técnica*. 4.ed. São Paulo: Ática, v.2, 1990.

BARROS, E. M. D. de. Transposição didática externa: a modelização do gênero na pesquisa colaborativa. *Raído*, Dourados, v.6, n.11, p.11-35, jan./jun.2012b.

BONINI, A. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão: vol.4, n.1, jul/dez. 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEB,1998.

BRONCKART, J.-P. *Atividade de linguagem, texto e discurso: por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: Educ, 2003.

CATALDI, C. A divulgação da ciência na mídia impressa: um enfoque discursivo. In: GOMES, Maria Carmen Aires; MELO, Mônica Santos de Souza; CATALDI, Cristiane (Org.). *Gênero discursivo, mídia e identidade*. Viçosa: Editora UFV, 2007. p.155-191.

CHEVALLARD, Y. *La Transposition Didactique Grenoble: La Pensée Sauvage*, 1991.

COIMBRA, O. *O texto da reportagem impressa: um curso sobre sua estrutura*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

DE PIETRO, J.-F.; SCHNEUWLY, B. O modelo didático do gênero: um conceito da engenharia didática. In: NASCIMENTO, Elvira Lopes. 2.ed. *Gêneros textuais: da didática das línguas aos objetos de ensino*. Campinas: Pontes, 2014. p.51-81.

DOLZ, J.; GAGNON, R.; DECÂNDIO, F. *Produção escrita e dificuldades de aprendizagem*. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita: elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim (Org.). *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado das letras, 2004, p. 41-70.

FARIA, M. A.; ZANCHETTA Jr., J. *Para ler e fazer o jornal na sala de aula*. 3.ed., São Paulo: Contexto, 2012.

GRILLO, S. V. de C. Enunciados verbo-visuais na divulgação científica. *Revista da Anpoll*, v.2, n.27, p.213-243, 2009.

KINDERMANN, A. C. A reportagem. In: BONINI, A; SOARES, V.A.S.F; SILVA Junior, C.B; LIMA, Vanessa Wendhausen (Org.). *Os gêneros do jornal*. Florianópolis: Insular, 2014.

LAGE, N. *Ideologia e técnica da notícia*. 3.ed. Florianópolis: Insular/Ed. da UFSC, 2001.

MACHADO, A. R.; CRISTÓVÃO, V. L. L. A construção de modelos didáticos de gêneros: aportes e questionamentos para o ensino de gêneros. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v.6, p. 547-573, 2006.

MOTTA-ROTH, D.; MARCUZZO, P. Ciência na mídia: análise crítica de gênero de notícias de popularização científica. *RBLA*, Belo Horizonte, v.10, n.3, p.511-538, 2010.

ROJO, R. O letramento escolar e os textos da divulgação científica: a apropriação dos gêneros de discurso na escola. *Linguagem em (Dis)curso*, LemD, v.8, n.3, p.581-612, set/dez.2008.

____; BARBOSA, J. P. Gêneros jornalísticos e novos letramentos: novo ethos, curadoria, redistribuição. In: SEIXAS, Lia; PINHEIRO, Najara F. (Org.). *Gêneros: um diálogo entre Comunicação e Linguística*. Florianópolis, SC: Insular, 2013, v. único, p.57-80.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Org.). *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004a.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. In: ____ (Org.). *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004b, p.71-91.

SODRÉ, M.; FERRARI, M. H. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo, Summus, 1986.